

Resenha do livro

MANDOLFO, Rodolfo. Problemas e Métodos de Investigação na História da Filosofia. 2 ed. Trad. Livia Reale Ferrari. São Paulo: Mestre Jou, 1969.

Resenha por Nilson Thomé

Professor na Universidade do Contestado – Campus de Caçador (SC).

Graduado em História. Mestre em Educação.

Doutorando em História e Filosofia da Educação na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Membro do GP HISTEBDR da UNICAMP e do GP HISTEDBR-CONTESTADO da UnC.

Apresentação

Rodolfo Mondolfo, professor universitário italiano, expõe que as origens deste seu trabalho remontam às lições de Metodologia, que ditou por volta de 1917, na Universidade de Bolonha, na Itália, como introdução ao seu Curso de História da Filosofia. Em 1948, encarregado de um seminário de investigações pela Universidade de Córdoba, na Argentina, para iniciar seus alunos aos problemas e métodos de investigação na História da Filosofia, voltou a abordar o assunto, desenvolvendo-o de forma direcionada especificamente às comunidades acadêmicas interessadas na temática, envolvendo os problemas e métodos da pesquisa histórico-filosófica.

O texto, revisado e ampliado, da segunda edição da obra, publicada em castelhano, intitulada *Problemas y Métodos de Investigación em la Historia de la Filosofia*, de 1959, foi traduzida para o português em 1969, vindo a contribuir bastante para os estudos universitários sobre os métodos de pesquisa, ensinando como e o que pesquisar na História da Filosofia.

A obra contém uma ampla Introdução, que trata das finalidades e exigências fundamentais da Pesquisa Filosófica, destacando o valor e a importância da realização de seminários de pesquisas, sendo seguida de sete capítulos, dos quais trataremos dos seis primeiros:

1. A investigação filosófica e sua dependência da história da filosofia.
2. A concepção historicista de Aristóteles
3. A concepção historicista de Hegel
4. Necessidade e contingência no desenvolvimento histórico da filosofia
5. As posições na história da filosofia e a multiplicidade de fatores no processo histórico

6. As dificuldades da compreensão histórica e a chamada contemporaneidade da história

Mondolfo analisa as concepções historicistas de Aristóteles e de Hegel. Ele alerta que a concepção historicista de Aristóteles padece de erros e inclui perigos. Da mesma forma, o conceito historicista de Hegel, segundo Mondolfo, também representa defeitos e perigos, e requer reservas, limitações e correções para a história da filosofia.

Não abordaremos, aqui, nesta espécie de um misto de resenha e de resumo, o sétimo capítulo, que trata de problemas particulares da reconstrução histórica (relativos aos testemunhos, aos fragmentos, à autenticidade das obras, referentes a conflitos anteriores e à evolução espiritual dos filósofos, e da terminologia e da sua evolução).

Introdução

O autor defende que a universidade deva ser centro impulsionador da cultura e da ciência. Por esta razão, a cultura superior, que a universidade oferece, não deveria ser tão somente uma cultura geral básica, mas uma cultura cada vez mais especializada e profunda em seus diversos aspectos. Isto significa que a universidade deve estimular e formar em seus alunos o hábito da pesquisa, com o fim de convertê-los em colaboradores ativos no progresso da ciência. Eis aí uma das diferenças principais entre a missão do ensino secundário [ensino médio, no Brasil] e a do universitário, que ele destaca claramente. Ao secundário, caberia proporcionar cultura geral, base e condição da cultura superior. Ao ensino superior corresponderia a especialização, o progresso; isto é, não somente a especialização profissional, como também a investigadora. A escola de nível médio daria aos seus alunos, uma informação básica geral, que se encontra sistematizada organicamente nos chamados “manuais.

Quando os alunos ingressassem na universidade, já possuiriam uma iniciação essencial – no caso, aqui, aos problemas da Filosofia, tanto em sua terminologia como em sua história. A universidade estaria isenta de proporcionar aos alunos a informação básica e poderia dedicar-se ao aprofundamento e à especialização, que produzem o progresso da ciência. Os cursos universitários, não tendo a obrigação de dar um conhecimento sintético de toda a matéria, sempre igual todos os anos, poderiam adquirir um caráter monográfico, de aprofundamento de um tema particular, que seria diferente e novo cada ano, e no qual se

exporia não apenas os resultados tradicionalmente adquiridos e comuns, como também, os resultados das novas pesquisas científicas, e a contribuição do professor, que ministra a matéria. Assim, as aulas converter-se-iam numa iniciação à pesquisa científica e numa lição de método investigativo, proporcionariam aos discípulos a consciência do significado e das exigências da investigação, e serviriam de impulso e de educação para a mesma.

Mondolfo destaca a necessidade da existência de esforço coletivo e colaboração solidária, como complemento para a pesquisa científica, atualizando a admoestação de Hesíodo, que dizia que os bens materiais tornam-se maiores quando divididos com o próximo, de maneira justa e humana. Assim, em relação aos bens espirituais da cultura, também poder-se-ia afirmar que a metade é mais que o todo. Para o autor, quando no esforço de realizar-se a cooperação no campo espiritual com maior intensidade e eficácia, transformando-a em competência, a cooperação não apresenta o perigo de converter-se em egoísmo, pois “qualquer aperfeiçoamento de alguém em particular contribui para o aperfeiçoamento de todos, isto é, para o progresso comum” (p. 12).

Lembra Mondolfo o que afirmava o filósofo Numênio de Apaméia, na Antiguidade, que reconhecia no particular o caráter divino dos bens espirituais:

Tôdas as coisas que são dadas, ao chegar a quem as recebe separam-se do doador, como por exemplo, os serviços, as riquezas, a moeda cunhada e impressa: são, pois, coisas mortais e humanas. As divinas são tais que, comunicadas, não passam de cá para lá, não se separam; o chegando ali, beneficiam aquele e não prejudicam este; ao contrário, ajudam-no ainda mais pela reminiscência do que sabia. Assim é o bem belo, a ciência bela, que beneficiam quem os recebe e dêles não privam quem os dá [apud] (p. 12).

O hábito da realização de seminários de pesquisa nas universidades deveria ser promovido o para que todos os alunos deles participassem durante seus estudos de pós-graduação. Os alunos, em suas teses de doutorado, para serem aprovadas, deveriam apresentar novas contribuições investigadoras; desta maneira, seriam continuamente realizados trabalhos, que contribuiriam para o adiantamento dos estudos, tanto, que a publicação dos mesmos criaria logo um elemento importante para o êxito dos concursos por títulos, condição prévia para o ingresso na carreira profissional de magistério e seu sucessivo aperfeiçoamento. Passaria a existir um estímulo eficaz e incessante para a atividade de pesquisa, e ao ser sua realização complementada pela publicação dos estudos realizados, a exigência de seriedade, representada pelo juízo do júri, seria posteriormente ratificada e acentuada pela submissão dos trabalhos ao juízo da crítica. Tudo isto daria, simultaneamente, impulso ao progresso

individual, e geral. O estímulo ao interesse pessoal converter-se-ia em fonte de benefício público, isto é, em incremento da ciência.

O autor recorre a Lucrécio, para lembrar a antiga corrida das tochas, quando a chama era transmitida de um corredor para outro, comparando o *et quasi cursores vitae lampada tradunt*. à utilidade dos seminários, que deveriam ser introduzidos para formar gradual e progressivamente o hábito pessoal e a tradição coletiva correspondentes. O seminário de pesquisa poderia ser uma escola que transmitiria a herança da indagação científica de geração em geração. Para Mondolfo, a transmissão da lâmpada da cultura não significa só conservação, mas também progressivo aumento de sua chama.

Em toda a vida do espírito e especialmente na cultura e na pesquisa, não se conservam as aquisições realizadas, a não ser mantendo ativa à sua vida, isto é, desenvolvendo-as continuamente. Todo o adiantamento que transforma em ponto de partida o que havia sido ponto de chegada dos antecessores, significa a conversão dos resultados das conquistas daqueles, em instrumentos de uma conquista posterior. A transformação contínua dos resultados obtidos em instrumentos de novas aquisições é precisamente o processo de realização do progresso humano. Em qualquer esfera do mundo cultural, o progresso realiza-se mediante a conversão dos resultados já obtidos, em meios para novos aperfeiçoamentos (p. 16).

Rodolfo Mondolfo prossegue sua exposição, esclarecendo que é necessário, sem dúvida, possuir-se o conquistado, ou seja, conhecer e dominar os resultados do trabalho dos predecessores. Um seminário de pesquisa deve, desde o início, colocar os alunos em contato com os meios de orientação e realização de toda a pesquisa. Ao mesmo tempo, deve preveni-los sobre a necessidade do método no desenvolvimento de suas atividades. “Os primeiros passos devem ser prudentes e modestos, limitando seu campo de trabalho e seus temas, reconhecendo que o trabalho deve realizar-se mais em profundidade do que em extensão e que os grandes objetos devem ser reservados à maturidade intelectual e cultural”. Quer dizer que “é necessário uma inversão da tendência natural dos inexperientes (como sempre o são os jovens, indivíduos ou povos), que, em sua ousadia juvenil, querem abarcar os grandes horizontes, solucionar os grandes problemas, criar um sistema novo e original” (p. 17).

A tendência espontânea traz consigo o perigo de conceber como novas coisas que já existiam há muito tempo e de maneira ainda mais perfeita. Portanto, a investigação científica exige, por parte de seus adeptos, disciplina e método, modéstia ao lado de uma perseverança

constante, limitação dos fins ao lado de um aprofundamento consciencioso. Requer-se a limitação do fim pela mesma exigência de reconhecimento prévio das investigações antecedentes, que pode realizar-se melhor no caso de temas não muito amplos.

Os subsídios orientadores e indicadores do mencionado reconhecimento prévio do terreno, em matéria de estudos filosóficos, são especialmente de quatro tipos: a) guias e repertórios bibliográficos; b) dicionários filosóficos; c) histórias da filosofia, que contenham bibliografias sistemáticas; d) revistas filosóficas com resenhas bibliográficas. Para o autor, contudo, as indicações oferecidas por estes quatro tipos de obras, não teriam nenhuma utilidade, se não houvesse possibilidade de encontrar os livros, folhetos, artigos, por elas indicadas, e caso não se tivesse capacidade para utilizá-los. Aí reside a importância da existência de boas e bem dotadas bibliotecas nas universidades. Recomenda-se também o domínio de. No mínimo, uma língua a mais que a língua-mãe, uma vez que nem todas as obras filosóficas foram e são publicadas em todas as línguas.

A pesquisa séria não se improvisa. Exige condições prévias, que não podem consistir unicamente de vocação e que, portanto, devem ser criadas, caso ainda não existam, e desenvolver-se de maneira adequada, com vontade firme e constante. Por outro lado, sem profundo estudo e grande amor, a pesquisa científica, tanto em filosofia como em qualquer outro ramo da cultura, não pode realizar-se. Ela exige trabalho e suor, porém “o seu caminho, assim como a ascensão de uma montanha áspera e íngreme é compensada continuamente pela beleza e grandiosidade do panorama, é acompanhado e coroado por profundas satisfações espirituais. E são justamente estas satisfações que tornam a vida digna de ser vivida” (p. 18).

1. A Investigação Filosófica e sua dependência da História da Filosofia

O problema de como é possível procurar o que não se conhece, traçado no diálogo *Ménon*, de Platão, é referenciado por Rodolfo Mondolfo, para destacar que o ponto inicial de toda pesquisa em Filosofia consiste sempre na formulação prévia do problema que se quer solucionar. É a determinação prévia do objeto da pesquisa...

E como procurarás, ó Sócrates, o que ignoras totalmente? E de todas as coisas que ignoras, quais te proporás a investigar? E se, porventura, chegares a encontrá-la, como saberás que essa é a que não conheces? – Compreendo o que queres dizer, Ménon... Queres dizer que ninguém pode investigar o que sabe, nem o que não sabe; porque não investigaria o que sabe, pois já o sabe; nem o que não sabe, pois nem sequer saberia o que deve investigar [apud] (p. 29).

Para esta indagação, Platão tinha, em sua “teoria da reminiscência” a preocupação pela existência de sinais de conhecimentos anteriores, que, não eliminados, subsidiariam a indicação daquilo que se quer pesquisar. Entretanto, a investigação pode surgir também quando do reconhecimento de faltas e imperfeições em nossas noções, cuja insatisfação, portanto, nos suscita problemas. Surge a pesquisa, pela consciência de um problema, cuja solução nos sentimos impelidos a procurar, assim estando a indagação voltada para a solução do problema apresentado.

A exigência básica para qualquer pesquisa filosófica é ter o pesquisador consciência clara e distinta do problema que constitui o objeto da sua indagação. Lembra Mondolfo que a pesquisa, “para ser fecunda e eficaz, deve obedecer a uma orientação, que só pode existir por meio da formulação adequada do problema, o que vale dizer, por meio de uma consciência clara e distinta de sua natureza e significado” (p. 30).

Se considerarmos a lembrança de Mondolfo dos preceitos de G. B. Vico, de que, “a natureza das coisas é o seu nascimento”[apud], então, a essência de qualquer realidade está no processo da sua formação. Isso nos remete ao reconhecimento da vinculação constante da Filosofia com sua própria história, que constitui o processo de sua formação e desenvolvimento. Então, a pesquisa teórica supõe e exige, como condição prévia, uma pesquisa histórica referente ao problema, a seu desenvolvimento e às soluções que já foram tentadas para resolvê-lo. O autor permite-se observar que

não se trata somente de evitar o perigo de inventar, como novas, teorias que já haviam sido apresentadas anteriormente, talvez mesmo de forma mais profunda que a oferecida pela pretendida nova descoberta, mas trata-se, em geral, de obedecer às necessidades imprescindíveis de uma formulação adequada do problema, que exige um correto conhecimento de seu sentido fundamental, de seus múltiplos aspectos, elementos, numa palavra, de sua natureza ou constituição interior, que só pode evidenciar-se através de seu processo de formação. Por conseguinte, a toda investigação teórica da filosofia, impõe-se um estudo histórico prévio (p.31).

Mondolfo cita um historiador da Filosofia, o francês Victor Delbos, para quem a finalidade da Filosofia, em sua investigação teórica, é a explicação da realidade universal e do destino do homem vinculado a ela, uma explicação que aspira a um caráter de universalidade, válida para todos os homens e em todos os tempos, aspirando a contemplação *sub specie eterni* no conjunto dos três tipos fundamentais de doutrinas – dogmáticas, críticas e céticas – ou individualmente em cada uma delas. Cita, também que, ao contrário, a História inclui, como elemento constitutivo essencial, a subordinação às condições do tempo e das personalidades, ou seja, caracteriza-se pela contemplação *sub specie temporis*. Surge entre estas duas típicas contemplações – a “*eterni*”, da Filosofia, e a “*temporis*”, da História – um

conflito de orientações e exigências, que pode conduzir a pesquisa como um “processo nunca acabado, infinito em seu desenvolvimento progressivo, que prosseguirá desenvolvendo-se enquanto houver pensamento humano” (p. 33), até porque, acrescenta, “nenhum filósofo pode fazer tabula rasa dos conhecimentos, das sugestões e dos influxos recebidos no processo de sua formação espiritual” (op. cit.).

Quanto aos problemas que suscita, o pensamento filosófico apresenta-se como uma realização gradual de um processo eterno. Os sistemas passam e caem, contudo, os problemas formulados permanecem como conquista da consciência filosófica. “A reconstrução histórica do desenvolvimento da filosofia aparece como um reconhecimento do caminho percorrido pelo processo de formação progressiva da consciência filosófica, o que vale dizer, como uma conquista da autoconsciência” (p. 34). Para o autor, é daí que “evidencia-se o erro de toda a orientação anti-histórica dos filósofos e a necessidade da reconstrução histórica como fundamento e condição prévia da investigação teórica” (op. cit.).

2. A Concepção Historicista de Aristóteles

Em *A Política*, Aristóteles revela-se em oposição ao idealismo platônico, entendendo que a melhor intuição da realidade pode ser obtida a partir da consideração da sua primeira origem e do seu desenvolvimento. Permanece em Aristóteles a idéia dinâmica do desenvolvimento contínuo da humanidade, como procedente de um impulso de vida totalmente interior. Este impulso, que procede da potência que aspira ao ato, atua tanto no indivíduo como na sociedade humana, segundo o esboço reconstrutivo de ambos os desenvolvimentos.

Para Aristóteles, há um duplo crescimento progressivo: um, quantitativo (extensivo) e , outro, qualitativo (intensivo). Ambas as formas de incremento representam uma gradual conquista progressiva, que se realiza pouco-a-pouco. Cada realização supõe a preexistência de uma possibilidade de alcançá-la, isto é, representa a passagem, da potência ao ato. “Os primeiros passos dados são condições e estímulo para os passos ulteriores” (p. 37).

Para Aristóteles, “a filosofia sistematiza a teoria completa das quatro causas: material, eficiente, formal e final” (p. 37). Diz Mondolfo que

temos assim uma concepção historicista, que se vê no desenvolvimento anterior da filosofia grega uma concatenação interna de problemas, que se engendram progressivamente de maneira necessária. O desenvolvimento histórico não é arbitrário ou acidental, mas está regido e determinado por uma necessidade interna, que produz a

continuidade do processo, engendrando os momentos sucessivos a partir dos anteriores (p.38).

Mondolfo alerta que esta concepção historicista padece de erros e inclui perigos que, em parte, antecipam aqueles apresentados por algumas concepções historicistas modernas. Em primeiro lugar, Aristóteles aplica à sua reconstrução da história da filosofia antecedente, conceitos prévios que caracterizam a sua teoria. Ele produz deformações da realidade histórica ao querer colocar seus antecessores no leito procustiano de seus próprios conceitos. Em segundo lugar, esta alteração repercute de modo particular na separação dos momentos de desenvolvimento, que Aristóteles pretende apresentar, ao distinguir uma sucessão cronológica, na qual afirma terem sido formulados progressivamente os problemas das várias causas. Em terceiro lugar, ao servir-se de conceitos prévios tirados de seu sistema teórico, apresenta este como conclusão final (definitiva), chegando a converter o próprio sistema em termo conclusivo da história e a eliminar, desta maneira, da idéia historicista do desenvolvimento a continuidade infinita, que deveria caracterizar a sua aplicação coerente.

3. A Concepção Historicista de Hegel

Hegel propôs a compreensão do processo histórico como um processo dialético, que tem a forma de desenvolvimento por meio de posições, onde a luta dos contrários não significa destruição recíproca, mas uma interação progressiva, que se realiza a cada momento novo em relação a seu oposto que o precedeu. O movimento dialético consiste na superação contínua de momentos, desenvolvendo-se numa sucessão de momentos com progressivas negações que se convertem em afirmações mais altas que os momentos negados, que são eliminados e conservados ao mesmo tempo. Ao contrário do que pensava Aristóteles, para Hegel, o desenvolvimento realiza-se na própria realidade absoluta, tanto quanto no conhecimento humano, que a conquista progressivamente.

Ficht mencionou os três momentos do ritmo dialético, como sendo tese, antítese e síntese, sendo que, para Hegel, a tese é a posição, ou a afirmação; a antítese é a negação, e a síntese, que se opõe à antítese, é a negação da negação. Assim, desenvolve o raciocínio da passagem do ser para a essência e da essência para o conceito, como sendo este desenvolvimento o objeto da ciência do espírito puro (ou idéia), o que vale dizer, da ciência da lógica. Em resumo, para Mondolfo,

cada momento da história da filosofia é necessariamente gerado pelo anterior e gerador do sucessivo, no processo dialético. E as oposições entre os sistemas sucessivos (ou

seja, a negação que cada um representa em relação ao anterior) não significa uma destruição ou aniquilamento do antecedente, mas sua superação; o que vale dizer que a negação conserva o que nega, ou melhor, outorga-lhe uma verdade superior, integrando-o com seu oposto numa síntese mais elevada (p. 44).

O autor lembra Parmênides, para quem somente o ser existe e pode ser pensado; assim, o não-ser não pode existir, portanto, não pode ser pensado. “O ser é o ser, e o nada é nada” (p. 53). Segundo Hegel, se os movimento dialéticos existem na lógica, devem existir na história. Então, parte-se da idéia do ser, do ser puro, que constitui a tese: a antítese é a negação do ser, constituída pelo nada, que resulta no terceiro momento, a síntese, ou a negação constituída pelo devir.

O conceito historicista de Hegel, segundo Mondolfo, também representa defeitos e perigos, e requer reservas, limitações e correções para a história da filosofia, pois a conclusão a que Hegel é levado, significa uma contradição da própria idéia historicista, que implica em si a infinitude do processo do desenvolvimento do espírito, cujo movimento dialético infinito não reconhece nenhuma terminação última, nenhuma síntese final, que não deva converter-se em tese geradora de nova síntese até o infinito.

4. Necessidade e Contingência no desenvolvimento histórico da Filosofia

Nesta parte da sua obra, Rodolfo Mondolfo trata da coexistência da necessidade e da contingência entre os antecedentes históricos e a liberdade dos desenvolvimentos sucessivos. Ele expõe que os antecedentes históricos são necessários, preparatórios para o desenvolvimento de uma nova construção filosófica, mas não suficientes. Assim, nesta possibilidade de insuficiência, pela qual às vezes falta a apresentação coletiva de teorias, para as quais existem elementos preparatórios, consiste a contingência, que se relaciona com os fatores individuais. A respeito, explica que

a intuição individual deve ser encontrada na realização de todo um processo histórico apropriado, a fim de que o desenvolvimento dos germens fecundos saia da pura possibilidade para a realização efetiva. E esta dupla exigência, na qual parece que o processo histórico inclui concomitantemente a necessidade e a contingência, não vale só para o desenvolvimento das teorias, mas também para o de sua influência histórica (p. 64).

Neste capítulo, Rodolfo Mondolfo faz na prática o que prega na teoria deste seu próprio livro, ou seja, afirma a sua independência em relação a outros autores que tratam do assunto, ao mesmo tempo em que dá um sentido novo ao objeto do estudo – que é a necessidade e a contingência no desenvolvimento histórico da Filosofia.

Refere-se às diferenças entre pensadores. Cita J. B. Vico e seu trabalho sobre a concepção historicista, para quem “o ponto de partida deste historicismo apóia-se no princípio de que só se pode ter um conhecimento científico do que se faz pessoalmente” (p. 65), e, para quem “o critério para ter-se ciência de uma coisa está em efetua-la”, mas, lembrando que a ciência da física e dos fenômenos naturais só pertenceria a Deus (op. cit.). Na outra ponta, menciona Galileu, para quem o conhecimento científico dos fenômenos da natureza “só pode ser obtido por meio da experimentação, em que o experimentador repete o que foi feito pela natureza” (op. cit.).

Depois de muitas considerações, Mondolfo ratifica que a relação de cada filósofo com os antecedentes deve ser reconhecida “no duplo sentido de uma dependência e uma independência, reciprocamente inseparáveis, pois quando um filósofo quer afirmar sua independência em relação aos antecessores, esta nunca pode ser completa e total, por existir sempre uma influência do pensamento anterior, tanto na formulação dos problemas, como na orientação das soluções” (p. 77). Assim, “o filósofo não reedita o sistema anterior, ao contrário, mesmo repetindo fórmulas, expressões e palavras, lhes dá um sentido novo e diferente” (op. cit.).

O autor destaca a aplicação do processo dialético de Hegel, quando o filósofo opõe sua teoria à anterior, como a antítese contra a tese. Na busca da síntese, não se supõe a destruição da afirmação ou da negação, mas a superação, ou seja, a negação da negação.

Quando há oposição radical, sempre existe uma dependência, seja na formulação dos problemas, seja pela influência e herança de elementos dos sistemas opostos que aparecerem na nova construção. Porém, temos de reconhecer também o fenômeno contrário, isto é, que quando se encontra na história da filosofia a aceitação de alguma orientação anterior se a construção nova que aceita esta herança é na realidade uma construção vivente, ou seja, uma verdadeira filosofia, nunca pode ser pura e simples repetição ou dependência total do pensamento, mas, ao contrário, quando o filósofo parece reproduzir as fórmulas tradicionais da corrente à qual está ligado, na realidade introduz nelas um significado novo, um conteúdo diferente do que possuíam anteriormente (p. 74).

Em suma, conclui que devemos ter sempre presente a dupla exigência de reconhecer nos filósofos, por um lado, uma dependência (relações com o pensamento anterior) e, por

outro lado, uma independência (representada pelo pensamento novo). Ele quer que cada filósofo, mesmo recebendo a influência de seus antecessores, não queira ser um simples repetidor do que disseram os outros e que venha a possuir sua própria filosofia.

5. As Oposições na História da Filosofia e a Multiplicidade de Fatores no Processo Histórico

Aqui, além de destacar a importância do emprego das oposições nos estudos histórico-filosóficos, como na dialética de Hegel, o autor introduz também a sistematização de todo o desenvolvimento da história da filosofia intentada por Vitor Cousin, para quem, este desenvolvimento é marcado por ciclos, cujos momentos sucessivos se engendram por meio de oposições. Em cada ciclo haveria: a) a orientação sensualista, b) a idealista, c) a cética, e d) a mística, de modo que

neste esquema cíclico de desenvolvimento histórico da filosofia, o princípio motor consiste na oposição, que faz surgir, de cada sistema alcançado, a geração de outro contrário, e a seguir um terceiro contrário a ambos, e um quarto contrário ao terceiro, e assim por diante (p. 87).

Mondolfo lembra que as oposições são importantíssimas na história da filosofia, ao oporem as correntes de pensamento umas contra as outras. Estas oposições aparecem também como formas de influências, sugestões e estímulos para o novo pensar.

Para o autor, a compreensão do desenvolvimento histórico da filosofia não pode ser simples, nem fácil, por causa da complexidade que apresenta, pela multiplicidade e variedade dos elementos que influem na determinação de variações sucessivas e na orientação e caracteres dos diferentes períodos. Há quatro grupos de condições e influências que agem ativamente no desenvolvimento do processo da história da filosofia, a saber: 1º) a influência dos elementos e das condições que procedem do próprio desenvolvimento interior do pensamento filosófico; 2º) a intervenção de ações alheias ao próprio campo da filosofia, mas que influem sobre ela; 3º) as influências que procedem de fortes personalidades, que imprimem novas direções à orientação filosófica de seu tempo; 4º) ressurreição de velhas orientações, que pode ser produzida por diversas causas e que determinam a formação das correntes tipo “neo”.

6. As dificuldades da Compreensão Histórica

e a chamada Contemporaneidade da História

Evidencia-se, neste ponto da obra em questão, a complexidade do processo de desenvolvimento histórico da Filosofia isolado do conjunto da história da cultura e da evolução espiritual da humanidade e, que a História da Filosofia não pode separar-se do processo de desenvolvimento do espírito humano, na multiplicidade e unidade de seus aspectos. Na reconstrução histórica da Filosofia é preciso historiadores de mentes universais e não historiadores especialistas, unilaterais, ou filósofos puros, pois cada história particular, mesmo representando uma maneira especial de focalizar o desenvolvimento espiritual humano, realiza-se no quadro da história universal.

O autor destaca bem, na reconstrução histórico-filosófica, a dificuldade da diferença de épocas, entre o historiador (hoje) e o objeto da sua história, uma vez que o historiador vive o presente e não pode voltar a viver o passado tal como foi vivido anteriormente. A existência desta realidade mostra-nos que a continuidade do processo histórico, assim como a da vida individual, está em oposição a toda a separação absoluta entre épocas distintas. Há uma ligação no tempo histórico, entre as realidades distintas, e não, uma ruptura.

Por causa da continuidade e unidade do desenvolvimento do espírito humano, não há problemas filosóficos modernos, que tenham sido absolutamente estranhos e inacessíveis ao pensamento antigo, assim como não há problema da filosofia antiga ou medieval, que possam permanecer incompreensíveis ou sem significado para o pensamento moderno. A filosofia [...] evolui com seus problemas, através da história, porém, esta não pode ser dividida em fragmentos incomunicáveis mutuamente, porque tem uma continuidade de desenvolvimento, na qual o passado nunca se torna estranho ao espírito presente, nem o presente pode jamais ser uma novidade absoluta, sem nenhuma relação com o passado (p. 104).

Mondolfo lembra que, na reconstrução histórica, o perigo da deformação existe, mas pode ser eliminado, se “se recordar que nosso espírito é uma formação histórica vinculado ao passado e dependente do mesmo, isto é, que tem esse passado em si com seus elementos sobreviventes e suas conseqüências duradouras” (p. 105). Ele frisa, também, que o historiador do presente tem a obrigação de identificar-se o mais possível com as orientações, exigências e problemas próprios da época que estuda e do autor que considera, relevando as diferenças recíprocas dos momentos (passado e presente) do desenvolvimento histórico.

Ao final deste capítulo, o autor esclarece que a História da Filosofia não pode admitir isolamento, pois exige vinculação constante com toda a história da cultura, que envolve a história integral humana. Para ele, então, o ideal da história é uma história integral, marcada pela superação do particularismo exclusivista. No sentido universal, toda a história está

presente em nós, mantendo com o passado a continuidade, ou a capacidade de comunicação sem divisões rígidas, sem oposições absolutas e sem os preconceitos dos ciclos fechados. Concluindo, lembra que “Nunca o espírito de sua própria época deve substituir o espírito dos momentos históricos que estuda” (p. 119).

(*)